



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ**

TERMO DE REFERÊNCIA

PGEA: 1.23.003.000078/2025-19

CONTRATANTE (UASG)

PROCURADORIA DA REPÚBLICA – PA (200075)

OBJETO

Contratação de serviço de locação de embarcação, piloto náutico e cozinheiras, e aquisição de gêneros alimentícios para atender demanda de missão institucional no município de Altamira/PA;

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 18.164,71

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

SUMÁRIO

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO.....	4
4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	5
5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	6
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	8
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO.....	10
8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	12
9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	14
10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	15
ANEXO 1	16



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de serviço de locação de embarcação tipo “voadeira”; serviço de piloto fluvial com experiência em navegação nos rios Xingu e Iriri; serviço de cozinheira com experiência em trabalhos em áreas remotas; aquisição de gêneros alimentícios (anexo 1).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de locação de embarcação tipo “voadeira” incluindo piloto para transporte fluvial da equipe.	diária	7	700,00	4.900,00
2	Serviço de piloto náutico profissional para embarcação de apoio.	diária	7	250,00	1.750,00
3	Contratação de duas cozinheiras para preparo de refeições.	diária	14	357,14	4.999.96
4	Fornecimento de gêneros alimentícios	Lista (anexo 1)	-	6.514,75	6.514,75

Tabela 1 – Descrição dos serviços e materiais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como comum e não-contínuo, decorrente de necessidades de diligência institucional em região do município de Altamira/PA

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **3 (três) meses** contados da emissão da nota de empenho, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 Os serviços descritos nos itens 1 a 3 da tabela 1 deverão ser prestados no período de 10 a 16 de março de 2025, perfazendo 7 (sete) diárias, em deslocamento do município de Altamira à região da Terra Indígena Cachoeira Seca.

1.5. Os materiais descritos no item 4 da tabela 1 deverão ser entregues no dia 09 de março de 2025 na sede da Procuradoria da República em Altamira, no endereço Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II – Altamira/PA – CEP: 68.372-222 (Telefone: (93) 3512-0830) - contato com o servidor Jessé Soares;

1.6. O custo estimado total da contratação é de R\$ 18.164,71 (dezoito mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.7. Será adotada a modalidade dispensa de licitação com base no inciso II, Art. 75 da Lei 14.133/2021, visto que o valor estimado da contratação é inferior a R\$ 62.725,59.

1.8. Será considerada vencedora a proposta de MENOR PREÇO desde que atendidas às exigências contidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Da fundamentação

A missão do MPF em Altamira requer suporte logístico para deslocamento fluvial seguro e eficiente, além da garantia de alimentação adequada para a equipe e participantes locais. A contratação desses serviços visa assegurar o cumprimento das atividades institucionais em contexto de difícil acesso.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A presente contratação visa garantir a infraestrutura necessária para a realização da missão institucional na TI Cachoeira Seca. A solução proposta considera o ciclo de vida de cada serviço e aquisição, desde a contratação até a execução e descarte sustentável dos resíduos gerados.

3.1. Locação de embarcação tipo “voadeira”:

3.1.1. Período de 7 (sete) diárias (10 a 16 de março de 2025).

3.1.2. Características: comprimento mínimo da embarcação de 12 metros; motor de potência entre 90HP e 115HP; capacidade adequada para transporte seguro da equipe e materiais; cobertura para proteção contra sol e chuva;

3.1.3. Inclusões: piloto experiente com conhecimento da navegação nos rios Xingu e Iriri; manutenção por conta da contratada; equipamentos de segurança obrigatórios (coletes salva-vidas, kit de primeiros socorros, rádio de comunicação).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

3.2. Contratação de piloto habilitado

3.2.1. Período de 7 (sete) diárias (10 a 16 de março de 2025);

3.2.2. Função de pilotar embarcação de apoio (tipo voadeira de 6 metros com motor 90HP);

3.2.3. Requisitos: habilitação válida para condução de embarcações (Arrais-Amador ou equivalente); experiência prévia em navegação nos rios Xingu e Iriri.

3.3. Contratação de duas cozinheiras

3.3.1. Período de 7 (sete) diárias (10 a 16 de março de 2025);

3.3.2. Atuação: preparo de refeições para equipe e participantes das reuniões com comunidade indígena;

3.3.3. Requisitos: experiência comprovada em preparo de refeições para grupos em áreas remotas; conhecimento sobre boas práticas de higiene e manipulação de alimentos.

3.4. Fornecimento de gêneros alimentícios

3.4.1. Entrega de itens conforme listagem constante do anexo 1 deste Termo de Referência;

3.4.2. Produtos de qualidade, com prazos de validade adequados ao período da missão.

3.4.3. Itens incluem, mas não se limitam a: carnes, hortifrutis, cereais, enlatados, farináceos, óleos e temperos em geral.

Cláusulas de Sustentabilidade

3.6. As contratações deverão observar práticas sustentáveis, incluindo:

- a) priorizar o uso de produtos regionais e origem sustentável;
- b) Reduzir o uso de plásticos descartáveis e incentivar materiais reutilizáveis;
- c) destinar corretamente os resíduos sólidos gerados, minimizando impactos ambientais nas comunidades visitadas ;
- d) respeitar os costumes e tradições das populações indígenas atendidas;

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os fornecedores e prestadores de serviços devem atender aos seguintes requisitos mínimos:

4.1. Para a locação de embarcação e contratação de pilotos:

4.1.1. Comprovação de experiência na prestação de serviços de transporte fluvial na região dos rios Xingu e Iriri.

4.1.2. Pilotos devidamente habilitados com certificação válida para condução de embarcações.

4.1.3. Apresentação de embarcação em boas condições de operação, com equipamentos de segurança obrigatórios.

4.2. Para a contratação de cozinheiras:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

- 4.2.1. Experiência comprovada na função, especialmente em contextos de trabalho em áreas remotas.
- 4.2.2. Conhecimento em boas práticas de higiene e manipulação de alimentos.
- 4.2.3. Disponibilidade para atuar no período estabelecido, com flexibilidade para atender às demandas da equipe.
- 4.3. Para o fornecimento de gêneros alimentícios:
 - 4.3.1. Apresentação de nota fiscal de todos os produtos fornecidos.
 - 4.3.2. Garantia de que os produtos estejam dentro do prazo de validade e com qualidade adequada.
 - 4.3.3. Preferência para fornecedores locais que utilizem práticas sustentáveis na produção e comercialização.

Subcontratação

- 4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá cumprir integralmente as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a prestação dos serviços e o fornecimento dos produtos conforme as condições acordadas.

5.1. Locação de embarcação com piloto

A contratada será responsável por:

- 5.1.1. Disponibilizar embarcação tipo "voadeira" conforme especificações (mínimo de 12 metros de comprimento e motor entre 90HP e 115HP) em perfeito estado de funcionamento e conservação.
- 5.1.2. Garantir a presença de um piloto experiente e devidamente habilitado durante todo o período da missão (10 a 16 de março de 2025).
- 5.1.3. Fornecer os equipamentos de segurança obrigatórios, incluindo coletes salva-vidas para todos os ocupantes, kit de primeiros socorros e rádio de comunicação.
- 5.1.4. Responsabilizar-se por eventuais manutenções e intercorrências durante o período de locação da embarcação.
- 5.1.5. Arcar com quaisquer custos operacionais, exceto o combustível.

Condições sobre o abastecimento de combustível:

- 5.1.6. O contratante fornecerá integralmente os 650 litros de gasolina necessários para a operação da embarcação.
- 5.1.7. A contratada deverá garantir o abastecimento seguro e adequado da embarcação ao longo da missão.

5.2. Contratação de piloto náutico para embarcação de apoio

A contratada será responsável por:

- 5.2.1. Disponibilizar um piloto habilitado e experiente na navegação nos rios Xingu e Iriri, garantindo a segurança da equipe e dos equipamentos transportados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

5.2.2. Assegurar o cumprimento dos horários e rotas definidos pelo MPF.

5.2.3. Arcar com quaisquer custos operacionais e despesas pessoais, como alimentação e hospedagem, caso necessário.

5.3. Contratação de cozinheiras

A contratada será responsável por:

5.3.1. Disponibilizar duas cozinheiras com experiência comprovada no preparo de refeições para grupos em áreas remotas.

5.3.2. Garantir que as profissionais sigam boas práticas de higiene e manipulação de alimentos, conforme normas sanitárias vigentes.

5.3.3. Assegurar que as cozinheiras estejam aptas a trabalhar em ambiente de missão, respeitando a cultura alimentar local.

Condições sobre transporte e insumos:

O contratante fornecerá o transporte das cozinheiras até o local da missão.

O contratante disponibilizará os materiais e insumos necessários para o preparo das refeições.

5.4. Fornecimento de gêneros alimentícios

A contratada será responsável por:

5.4.1. Fornecer todos os itens da listagem descritiva a ser entregue pelo MPF, garantindo que os produtos estejam dentro do prazo de validade e em condições adequadas de consumo.

5.4.2. Transportar e entregar os produtos no local e data estabelecidos pelo contratante.

5.4.3. Apresentar nota fiscal discriminada dos produtos fornecidos.

5.4.4. Garantir a reposição imediata de itens que apresentem defeitos ou estejam fora das especificações acordadas.

Disposições Gerais

5.5. Todos os serviços e fornecimentos deverão ocorrer dentro do prazo estabelecido (10 a 16 de março de 2025).

5.6. A contratada responderá por eventuais danos causados pela não execução ou execução inadequada dos serviços.

5.7. O contratante poderá rescindir o contrato em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8. A contratada deverá manter comunicação constante com a equipe do MPF, informando qualquer intercorrência que possa afetar a execução dos serviços.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos serviços efetivamente prestados bem como os materiais fornecidos, em moeda nacional, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação. Para efeito de pagamento, considerar-se-á pagar a fatura na data da emissão da Ordem Bancária. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.2. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

7.3. A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ, CNPJ nº 26.989.715/0019-90, emitida após a entrega do objeto contratado, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas(CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de “ISS a ser recolhido por substituição tributária”, conforme legislação vigente. A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais. Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

Liquidação

7.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.8. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.9. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

7.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, ALÍNEA “H”, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por empreitada global, pela baixa complexidade de execução do objeto e o que se estima possui adequado nível de precisão com as especificações e quantitativos do serviço, fornecendo aos interessados todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.23. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.24. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.26. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.27. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado máximo para contratação é de R\$ 18.164,71 (dezoito mil, cento e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos), conforme custos apostos na tabela 1 acima, consoante ao disposto na



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

Portaria PGR/MPU n. 100/2023, art. 2º, inc. I. O valor de referência baseou-se na média de preços obtida a partir de contratação similar feita pela Administração Pública e propostas obtida no mercado local, conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 0001/200075

Fonte: 100

Programa de Trabalho: 03062003142640001

Elemento de Despesa: 39 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
30 – MATERIAL DE CONSUMO

Altamira, 25 de fevereiro de 2025.

Jessé de Souza Soares
Coordenador da PRM/Altamira

Assinado com login e senha por JESSE DE SOUZA SOARES, em 27/02/2025 10:57. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 8b5e496a.4fdf3f61.e98fb8a0.75a9393b



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

ANEXO 1

LISTA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (item 4 – tabela 1)

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Arroz branco tipo 1	kg	30	7,53	225,90
02	Feijão carioca ou similar	kg	20	8,41	168,20
03	Café (embalagem a vácuo)	250g	8	16,24	129,92
04	Açúcar	kg	4	4,58	18,32
05	Sal	kg	3	1,55	4,65
06	Macarrão de Sêmola Espaguete 8 (pct 500g)	500g	10	4,40	44,00
07	Óleo de soja	900ml	4	9,66	38,64
08	Vinagre de álcool	750ml	3	2,38	7,14
09	Pimenta do reino (grão)	100g	2	7,70	15,40
10	Corante (colorífico)	kg	1	13,97	13,97
11	Alho	kg	2	33,27	66,54
12	Cebola branca	kg	5	4,34	21,70
13	Frango congelado (20 und - peso médio 2,5kg)	kg	50	14,45	722,50
14	Laranja (8 sacos de 18kg cada)	kg	144	9,57	1.378,08
15	Maçã nacional (caixa 17kg)	cx	8	266,61	2.132,88
16	Melancia (média 14kg p/und)	und	9	46,14	415,26
17	Banana prata (7 cachos – média 15kg)	kg	105	8,65	908,25
18	Farinha regional	kg	20	10,17	203,40
TOTAL					6.514,75